

Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Anna Paula Lombardi
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2019

Anna Paula Lombardi

(Organizadora)

Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A772 Arqueologia das ciências humanas e sociais aplicadas [recurso eletrônico] / Organizadora Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-035-3

DOI 10.22533/at.ed.353191501

1. Arquitetura e urbanismo. 2. Patrimônio cultural. I. Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 720

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” aborda uma série de livros de publicação da editora Atena. O volume 1, apresenta 19 capítulos sobre os aspectos relevantes da área de conhecimento da Arquitetura e Urbanismo relacionado aos aspectos gerais das edificações. Os capítulos exibem a preocupação em relatar a importância de preservar os aspectos históricos e culturais que devem ser mantidos através das edificações.

O Patrimônio histórico cultural brasileiro de natureza material e imaterial, previsto na lei é uma forma de garantir a preservação e a história dos edifícios e possibilita manter a cultura em uma determinado local e região. Embora, a maioria deles necessita de manutenção, reparos e restauração na materialidade para manter viva a imaterialidade contida nos imóveis.

Neste volume, os capítulos apresentam uma riqueza de detalhes e particularidades das edificações distribuídas em diversas cidades brasileiras. A importância desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância dos temas abordados.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A COR E AS SUPERFÍCIES ARQUITECTÓNICAS EM EDIFÍCIOS PATRIMONIAIS: O CASO DA IGREJA DE N. S. DA CONCEIÇÃO DOS HOMENS PARDOS, LARANJEIRAS, BRASIL	
<i>Eder Donizeti da Silva</i> <i>Adriana Dantas Nogueira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915011	
CAPÍTULO 2	18
A GALILÉ NOS CONVENTOS FRANCISCANOS NO NORDESTE DO BRASIL COLONIAL: INTEGRAÇÃO OU SEGREGAÇÃO?	
<i>Ivan Cavalcanti Filho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915012	
CAPÍTULO 3	33
A IMAGEM COMO SÍMBOLO: UMA FOTOGRAFIA E A MODERNIDADE ARQUITETÔNICA NAS PRIMEIRAS CASAS DE GOIÂNIA	
<i>Ana Amélia de Paula Moura Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915013	
CAPÍTULO 4	49
A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO LEGAL DO ENTORNO DOS BENS INVENTARIADOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL, RS, BRASIL	
<i>Andréia Schneid</i> <i>Ana Lúcia Costa de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915014	
CAPÍTULO 5	65
A TAIPA DE CARNAÚBA NO INTERIOR DO PIAUÍ: A INFLUÊNCIA DA GLOBALIZAÇÃO NA DESVALORIZAÇÃO DA CULTURA	
<i>Tayná Rosal Arnaldo</i> <i>Márcia Piauilino Lins</i> <i>Patrícia Mendes dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915015	
CAPÍTULO 6	78
ARQUITETURA E URBANISMO EM GOIÂNIA NOS REGIMES DE HISTORICIDADE TELEOLÓGICO E PRESENTISTA	
<i>Wilton Medeiros</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915016	
CAPÍTULO 7	89
CASA ZENON ROCHA: O PRIMEIRO TOQUE DA ARQUITETURA MODERNA NA CIDADE DE TERESINA	
<i>Emanuelle Karenynne Mota Chaves</i> <i>Hugo Bona de Carvalho</i> <i>Beatriz Natália Guedes Alcoforado Aguiar</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915017	

CAPÍTULO 8 101

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA ATTÍLIO CORREIA LIMA: REQUALIFICAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURA EDIFICADO

Ariene Ferreira Silva

DOI 10.22533/at.ed.3531915018

CAPÍTULO 9 119

DIÁLOGO ENTRE ARQUITETURA E PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL

Ana Cristina de Souza

Eliana Maria dos Santos Bahia

DOI 10.22533/at.ed.3531915019

CAPÍTULO 10 136

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE EDIFICAÇÕES PRETENSAMENTE RESTAURADAS: O CASO DO CAMPUS DE LARANJEIRAS DA UFS/SERGIPE/BR

Eder Donizeti da Silva

Adriana Dantas Nogueira

Josefa Luana Oliveira Freire

DOI 10.22533/at.ed.35319150110

CAPÍTULO 11 153

GEOMETRIA E ARQUITETURA: CONSTRUÇÃO DE ESTRUTURAS COMPLEXAS A PARTIR DE MÓDULOS GEOMÉTRICOS

Mariana Tiemi Uemura Kawaguti

Patricia Andrea Paladino

DOI 10.22533/at.ed.35319150111

CAPÍTULO 12 170

GERHARD BORMANN E O CEARÁ: NOVOS MATIZES NO PROCESSO DE DIFUSÃO DA ARQUITETURA MODERNA NO BRASIL

Paulo Costa Sampaio Neto

DOI 10.22533/at.ed.35319150112

CAPÍTULO 13 187

INDÍCIOS DA MODERNIZAÇÃO DA ARQUITETURA ESCOLAR NA DÉCADA DE 1930 EM MANUAIS DE OBRAS PÚBLICAS

Marina Goldfarb

Nelci Tinem

DOI 10.22533/at.ed.35319150113

CAPÍTULO 14 201

O RESGATE E A CONSERVAÇÃO DA MEMÓRIA PROJETUAL E CONSTRUTIVA DO CAMPUS

Claudio Antonio S. Lima Carlos

DOI 10.22533/at.ed.35319150114

CAPÍTULO 15 218

PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO EM RISCO: CASOS NO PLANALTO SUL-RIO-GRANDENSE

Liliany Schramm da Silva Gattermann

Mariana Mattei Santos

DOI 10.22533/at.ed.35319150115

CAPÍTULO 16	230
PATRIMÔNIO CULTURAL: DO TOMBAMENTO À RESTAURAÇÃO	
<i>Franciane dos Santos Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.35319150116	
CAPÍTULO 17	241
A (NÃO) DOCUMENTAÇÃO DA MORTE DA ARQUITETURA INDUSTRIAL: ESTUDO DE CASO EM BELO HORIZONTE	
<i>Ronaldo Andre Rodrigues da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.35319150117	
CAPÍTULO 18	261
ROTA DA ARQUITETURA RELIGIOSA NO PIAUÍ: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE AS INFLUÊNCIAS ESTILÍSTICAS DAS PRINCIPAIS EDIFICAÇÕES SACRAS DO SÉC. XVII	
<i>Alaiana Rodrigues Lima</i>	
<i>Tiago Silva de Sousa</i>	
<i>Modesto Luis de Sousa Neto</i>	
<i>Naira Oliveira Martins da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.35319150118	
CAPÍTULO 19	274
SANTO ANTÔNIO DE JESUS – RECONSTRUINDO UMA HISTÓRIA CONSCIENTIZAÇÃO CULTURAL ATRAVÉS DA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS	
<i>Bruna Andrade Silva</i>	
<i>Jade Andrade Malta Santos</i>	
<i>Luana Veiga Meira</i>	
<i>Vitória Maria</i>	
DOI 10.22533/at.ed.35319150119	
SOBRE A ORGANIZADORA	288

A (NÃO) DOCUMENTAÇÃO DA MORTE DA ARQUITETURA INDUSTRIAL: ESTUDO DE CASO EM BELO HORIZONTE

Ronaldo André Rodrigues Da Silva

PUC Minas; TICCIH-Brasil; ICOMOS-Brasil; APPI-
Portugal

ronaldoandre@gmail.com

RESUMO: A documentação da arquitetura industrial permite entender não somente a tipologia dos edifícios industriais, mas também as influências estilísticas, a memória da produção, as relações industriais, as técnicas e tecnologias empregadas, dentre vários outros aspectos relacionados às construções. Se amplificada ao contexto sócio histórico, ela garante uma reconstrução da memória e trajetória da indústria, uma reconstrução da evolução urbana, social e cultural do lugar e das relações existentes entre a empresa e o lugar. Entretanto, muitas vezes a documentação que permitiria entender a multiplicidade de variáveis que envolvem a história do edifício, da empresa e das relações existentes com a sociedade em que se constitui torna-se fator de esquecimento ou mesmo morte do passado. A ideia de desenvolver uma relação entre a indústria e a sociedade, entre o edifício e a memória do lugar torna-se elemento de esquecimento frente à necessidade de modernização, de renovação, de adaptação dos espaços urbanos (e sociais) à realidade contemporânea. Em

alguns casos, a existência de empresas (indústrias) em área consideradas urbanas e residenciais caracteriza-se como inadequada ou incompatível. Dessa forma, vários núcleos fabris têm desaparecido do tecido urbano e da vida social das cidades sem que tenham recebido um tratamento adequado quanto a sua importância para o desenvolvimento social e mesmo para a existência de seu entorno. Os equipamentos sociais muitas vezes se desvinculam de seu elemento de origem, a fábrica, por esta não mais existir ou ter sido substituída por novos elementos de urbanização. Assim, o trabalho busca resgatar a história (ou o que dela restou) acerca de um exemplo particular da industrialização da cidade de Belo Horizonte, a partir do início do século XX, quando a cidade ainda se construía e se tornava importante centro político, econômico e industrial de Minas Gerais. A ideia em se constituir uma fábrica/indústria nasce da visão acerca da necessidade de mercado e aos poucos cresce com a necessidade de deslocar-se espacialmente de acordo com a própria evolução da estrutura urbana da cidade. Entretanto, mesmo se consideradas as variáveis urbanas e econômicas, não se percebe uma preocupação para a valorização histórica de uma memória industrial que se desfez e desaparece no século XXI, fato ocorrido com o edifício-sede da empresa, importante centro

industrial entre as décadas de 40 e 70 que não mais existe, sendo possível apenas seu resgate por meio da memória fotográfica e documental existente. Dessa forma, tem-se uma (des)continuidade temporal que se faz sentir pela não documentação da “morte da arquitetura industrial” de um recente passado empresarial, de suas origens e anos de desenvolvimento e afirmação mercadológica e econômica frente à memória social e urbana da cidade. A preocupação com uma linha histórica do desenvolvimento da capital mineira, com suas origens, desenvolvimento e evolução ao longo do tempo passa por uma preocupação com relação à documentação de sua memória industrial, de seus edifícios, sua importância na constituição da malha social-urbana e na sua história de vida e de seus cidadãos.

PALAVRAS-CHAVE: arquitetura industrial; patrimônio industrial; memória industrial.

1 | INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da sociedade industrial, desde o período da Revolução Industrial, determinou uma mudança na estrutura das sociedades modernas e levou à valorização do trabalho em grandes organizações. Desse período, que se inicia em meados do século XVIII, tem como um dos elementos centrais a existência dos edifícios industriais e a sua centralidade em relação à vida dos indivíduos e da sociedade.

Após cerca de 250 anos, as organizações industriais e especificamente seus edifícios têm suas funções compartilhadas, e mesmo substituídas, pelas novas tecnologias, pela virtualização dos negócios e pela complexificação da sociedade contemporânea.

Nesse contexto, a documentação da arquitetura industrial procura permitir e entender não somente a tipologia dos edifícios industriais, mas também as influências estilísticas, a memória da produção, as relações industriais, as técnicas e tecnologias empregados, dentre vários outros aspectos relacionados às construções.

2 | DOCUMENTAÇÃO E ARQUITETURA INDUSTRIAL

A documentação pode ser entendida como um dos elementos da memória e da história para a construção de uma análise do desenvolvimento social e econômico das sociedades. Quando específica à perspectiva da memória industrial (ou memória das empresas), a proposta de construir uma memória documental compreende uma análise sob os parâmetros do caráter econômico e do capitalismo a serem considerados dentre todas as suas possibilidades.

A partir desse propósito, uma análise documental histórico-social permite uma construção da memória social e econômica sob as perspectivas de avaliação não somente da memória social, como também da cultura e da história do lugar. Uma perspectiva de discussão do uso de diferentes fontes de informação e de dados

que faz referência à memória das organizações, do mundo empresarial, da história social relacionada ao trabalho e de diversos elementos sociais que apresentem certa vinculação entre o mundo do trabalho e a sociedade.

A partir da análise de documentos busca-se apresentar as relações existentes entre empresa e sociedade através das quais se reconstrói a memória e a história industrial de um determinado período. Os elementos e objetos de análises considerados se constituem e se definem a partir da diversidade de tipos de arquivos encontrados e permitem uma identificação de dados e informação específicos, ou seja, representam as relações de desenvolvimento social e econômico e suas diferentes relações, sejam elas pessoais ou coletivas, públicas ou privadas, organizacionais ou individuais.

Portanto, a reconstrução da memória histórica a partir da análise documental leva à identificação de diferentes processos de construção e desenvolvimento das relações sociais que permitem a compreensão da evolução da sociedade (ou grupo social) em estudo, bem como das diversas implicações socioculturais existentes entre empresa e sociedade. De acordo com os fatores e elementos de análise pode-se perceber a diversidade de relações estabelecidas, os diferentes graus de integração entre empresa-homem-sociedade e as linhas de pensamento entre as propostas de desenvolvimento social e econômico estabelecidas seja pela empresa ou por órgãos públicos, privados e mesmo grupos de indivíduos e partes interessadas. Os processos de integração entre a organização e sociedade resultam destas relações e se definem, diferente e particularmente, segundo as relações sociais estabelecidas.

A partir destas reflexões e análises, tem-se que a documentação, segundo seus mais diversos processos e elementos de constituição, permite entender as influências determinadas e sofridas pela organização industrial (empresa) segundo seu papel de centralidade em relação aos demais elementos sociais em que se encontra inserida. A criação desses vínculos e a determinação das relações sociais segundo os vínculos estabelecidos entre empresa e sociedade levam a um complexo social e cultural que se estabelece de maneira simultânea e que determina a (re)construção das diversas relações entre empresa e sociedade.

Pode-se afirmar que a compreensão da vida social e das relações estabelecidas entre empresa e sociedade levam a desdobramentos sociais que concorrem para o desenvolvimento não somente de elementos econômicos e do capital, mas também de questões sociais, culturais e pessoais.

Uma relação entre memória e documentação é necessária e se faz a partir da análise dos documentos que se apresentam como memória da empresa e da cidade sob a perspectiva das relações empresariais, mas que têm o viés de uma profunda relação de interdependência e confluência (ou dissonância) entre o interesse do capital [a empresa] e da sociedade [a cidade].

Quando circunscrita a relação entre a área documental e a empresarial, tem-se direcionadas as análises para um contexto sócio histórico específico, como por exemplo, a arquitetura industrial, seu entendimento nesse campo e sua valorização

(ou não). Há uma possibilidade de reconstrução da memória e trajetória da indústria, segundo a importância adquirida pelo edifício industrial, sua composição como referência local e a reconstrução de uma evolução urbana, social e cultural do lugar e das relações existentes entre a empresa e o lugar.

Entretanto, muitas vezes a não-documentação leva a uma situação tal em que se tem o envolvimento de uma incompreensão da memória industrial e do não entendimento de uma multiplicidade de variáveis que envolvem a história do edifício, da empresa e das relações existentes com a sociedade que levam ao esquecimento ou mesmo morte do edifício, de sua história, memória e do passado nele contidos.

Assim, a ideia de desenvolver uma relação entre a indústria e a sociedade, entre o edifício e a memória do lugar torna-se elemento de esquecimento frente à necessidade de modernização, renovação e adaptação dos espaços urbanos (e sociais) à realidade contemporânea. Em alguns casos, a existência de empresas (indústrias) em áreas consideradas urbanas e residenciais caracteriza-se como inadequada ou incompatível. Dessa forma, vários núcleos fabris têm desaparecido do tecido urbano e da vida social das cidades sem que tenham recebido um tratamento adequado quanto a sua importância para o desenvolvimento social e mesmo para a existência de seu entorno. Os equipamentos sociais muitas vezes se desvinculam de seu elemento de origem, a fábrica, por esta não mais existir ou ter sido substituída por novos elementos de urbanização.

3 | ARQUITETURA INDUSTRIAL E PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

A arquitetura industrial entendida como parte da memória e da história do lugar pode ser vista segundo os conceitos interdisciplinares definidos ao patrimônio industrial. De maneira ampla, tal conceito se relaciona aos

vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de tratamento e de refino, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação. (TICCIH, 2003)

Desenvolve-se então segundo uma percepção de uma área de influência da indústria (ou empresa) que não se restringe ao edifício industrial, mas a todo um conjunto de variáveis que determinam e formam uma paisagem não somente industrial, mas social, cultural, urbana ou rural.

Segue-se ainda no mesmo documento, a Carta de Nizhny Tagil, especificamente às questões de memória e história relacionadas à documentação destes vestígios industriais uma preocupação quanto à preservação, conservação e manutenção desse patrimônio.

Os conhecimentos que envolvem numerosos processos industriais, antigos

ou obsoletos, constituem fontes de importância capital cuja perda poderá ser insubstituível. Devem ser cuidadosamente registrados e transmitidos às novas gerações. (item 5, § viii)

Devem-se promover a preservação de registros documentais, arquivos empresariais, plantas de edifícios, assim como amostras de produtos industriais. (item 5, § ix)

Tem-se uma valorização não somente do edifício em si, mas de sua memória e história enquanto elemento de desenvolvimento social e econômico, além da necessidade de uma visão e análises multidisciplinares que permitam a percepção de olhares paralelos e complementares acerca da questão patrimonial sob a perspectiva da memória e da história da arquitetura industrial no Brasil.

Para além do edifício industrial, entendido também sob a perspectiva de elemento histórico e patrimonial, tem-se a importância do registro de seus elementos, de sua história e memória intrínsecos que se constituem como importante parte dos estudos de patrimônio cultural e industrial.

Ao se entender as diversas variáveis que compõem aquele lugar de produção, pode-se entender não somente suas características físicas e de composição como elemento de produção e de (re)produção do capital, mas também de conformação, construção ou resistência das relações sociais. As condições estabelecidas pelo lugar refletem não somente os meios de produção e os produtos oferecidos, mas também apresentam informações acerca da memória e da história do lugar e daqueles que o constituíram.

Dentre as diversas análises possíveis, pode-se observar o caráter empreendedor e inovador de determinados projetos arquitetônicos das empresas nos quais se percebe uma preocupação multidisciplinar em que se tem aspectos relacionados às variáveis ambientais, como projetos paisagísticos, às questões de caráter social e planejamento urbano. O ineditismo de alguns projetos de empresas pode ser considerado como formador de uma das diversas percepções do patrimônio arquitetônico e cultural, bem como revelar a influência da industrialização não somente em questões econômicas, mas também socioculturais.

O trabalho de Santos (2006) apresenta, de certa maneira, essa multiplicidade de visões em relação à arquitetura industrial. Nele se observa a importância das fábricas no desenvolvimento socioeconômico da cidade do interior de São Paulo (Brasil). A partir de múltiplos exemplos, de empresas nacionais e estrangeiras, são apontados elementos de destaque como a multiplicidade de tipologias industriais, a adoção de conceitos modernos para a arquitetura dos edifícios e sua conseqüente influência em elementos sociais e urbanos. Além desses aspectos, são abordadas as questões relativas às políticas econômicas, desde os primeiros exemplares, na década de 20, de caráter empreendedor e familiar, às empresas implantadas ao final do século do século XX, complexas e transnacionais.

Ao se relacionar o patrimônio arquitetônico às questões culturais, tem-se a discussão proposta por Kuhl (2008), na qual se observa uma análise das teorias de

restauração e sua aplicação à conservação, restauração e valorização do patrimônio são confrontadas com intervenções realizadas no intuito de elucidar as transformações ocorridas nos exemplares avaliados. A necessidade de entender e avaliar as questões relativas aos processos de valorização (e destruição) do patrimônio industrial e suas consequências determina de certa maneira como se percebe a importância (ou não) dada aos elementos industriais na sociedade contemporânea em que estão inseridos.

Um aprofundamento da questão aplicado aos edifícios industriais revela a possibilidade de se realizar interpretações que vão desde a compreensão de aspectos históricos, artísticos e de identidade revelados nas características projetuais ao desconhecimento ou despreocupação em preservar a memória contida no edifício seja a partir de uma identidade econômica-desenvolvimentista ou sociocultural.

A abordagem compreendida no âmbito do patrimônio industrial e da arqueologia industrial e seus desdobramentos levam a questões teórico-metodológicas de reconhecimento e identificação desse patrimônio em contrapartida às práticas ocorridas em diversas edificações. A preocupação em identificar espaços industriais como elementos que caracterizam e exemplificam diferentes tipologias do patrimônio cultural permite um olhar interdisciplinar para a questão, além de suscitar a necessidade de reinterpretar teorias e conceitos acerca da diversidade existente no campo do patrimônio cultural.

Sob essa perspectiva, Rufinoni (2013) apresenta as possibilidades de preservação, valorização e reconhecimento de espaços industriais urbanos como patrimônio cultural. Para realizar a análise e construir um conjunto de ideias, a autora busca realizar uma síntese entre conceitos e práticas existentes e a realidade urbana brasileira em relação às áreas industriais e seus entornos de influência.

Tem-se, assim, uma análise crítica quanto à avaliação e evolução do conceito de patrimônio cultural e urbano e sua preservação a partir das diferentes visões acerca dos espaços industriais e seu caráter interdisciplinar. Discute-se a contribuição dos campos do patrimônio industrial e cultural e da paisagem industrial e do urbanismo e se avalia como são percebidos o passado e o presente a partir da relação “antigo-novo” e o tratamento de preservação a eles empregado.

A preservação e valorização do antigo frente aos processos de modernização estão apresentados a partir dos documentos internacionais e na expansão do patrimônio cultural, bem como pelas formas de compreensão e apreensão do patrimônio urbano no contexto nacional. Dessa forma, tem-se a análise do patrimônio edificado industrial e seu entorno como formas de expressão do patrimônio cultural a partir das possibilidades de sua preservação segundo as especificidades apresentadas pela escala urbana e suas possíveis perspectivas de intervenção e valorização.

A valorização do patrimônio industrial urbano e seu caráter de interdisciplinaridade, forma uma análise centrada nas indústrias e suas contribuições para a sociedade e, de maneira particular, para o comportamento urbano das metrópoles. A preocupação em preservar seus exemplares determina uma importante contribuição para a memória e

a história das cidades.

A percepção de um passado industrial segundo as perspectivas socioculturais traz a discussão para a importância de espaços comunitários e equipamentos sociais construídos a partir das relação capital-trabalho. Entender a diversidade de expressão e de campos do conhecimento que envolvem elementos industriais requer uma visão multidisciplinar em que se tem uma construção histórica, centrada não apenas no âmbito produtivo ou econômico-mercadológico, mas que traz consigo aspectos relacionados à memória, à história e ao patrimônio cultural do lugar onde se instalam.

Os conjuntos arquitetônicos e produtivos compõem apenas parte de um todo social em que se incorpora o entorno social, como as vilas operárias e seus desdobramentos, e se possibilita a visão de entorno social e visível cujo contexto tornou possível não somente o desenvolvimento econômico, mas também a evolução do contexto social, das comunidade e atores envolvidos.

4 | BENS TOMBADOS DE BELO HORIZONTE: UMA ANÁLISE GERAL

Uma possível análise ocorreu a partir das informações contidas no Guia de Bens Tombados de Belo Horizonte, de Castro (2006), do que foram extraídas algumas características dos conjuntos arquitetônicos e utilizadas para, em um primeiro momento, realizar uma análise geral dos elementos considerados segundo a especificidade do estudo que compreende edifícios industriais. A evolução dos estilos arquitetônicos foi analisada segundo a definição de períodos pré-determinados (as décadas do século XX) e áreas urbanas delimitadas a cada conjunto. Além disso, buscou-se identificar os fatores que determinaram as relações sociais, econômicas e históricas a partir das fontes de informação obtidas no processo de identificação da imagem eclética percebida no conjunto de bens tombados da cidade.

No que se refere ao período de construção predominante dos diversos tipos arquitetônicos tem-se a partir da análise o gráfico 1 a seguir.

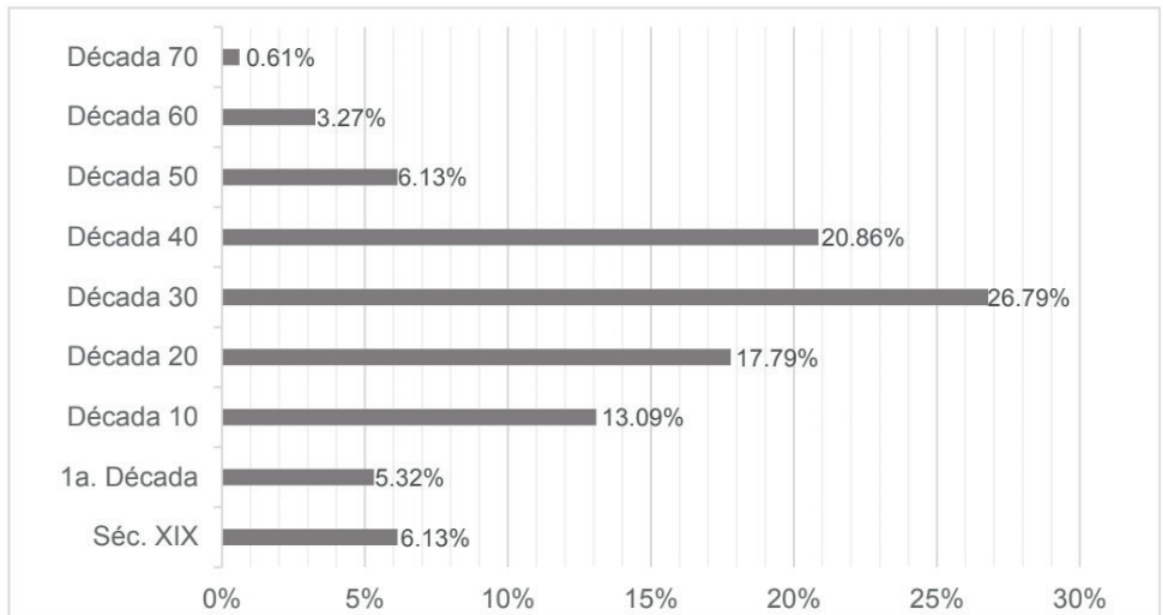


Gráfico 1: Período de Construção dos Bens Tombados

Fonte: Guia de Bens Tombados de Belo Horizonte, 2006

Observa-se que o período de maior expressão de edifícios tombados refere-se à década de 30, seguida da década de 40. Para estes casos e períodos tem-se uma evolução acelerada do processo de urbanização que se determinou chamar de modernização da cidade, com a evolução arquitetônica de exemplares residenciais e comerciais de maior envergadura.

Quanto aos estilos arquitetônicos referentes aos conjuntos tombados tem-se uma predominância percentual do ecletismo em sua 1ª fase em que prevalecem o neoclássico e o neogótico. (gráfico 2)

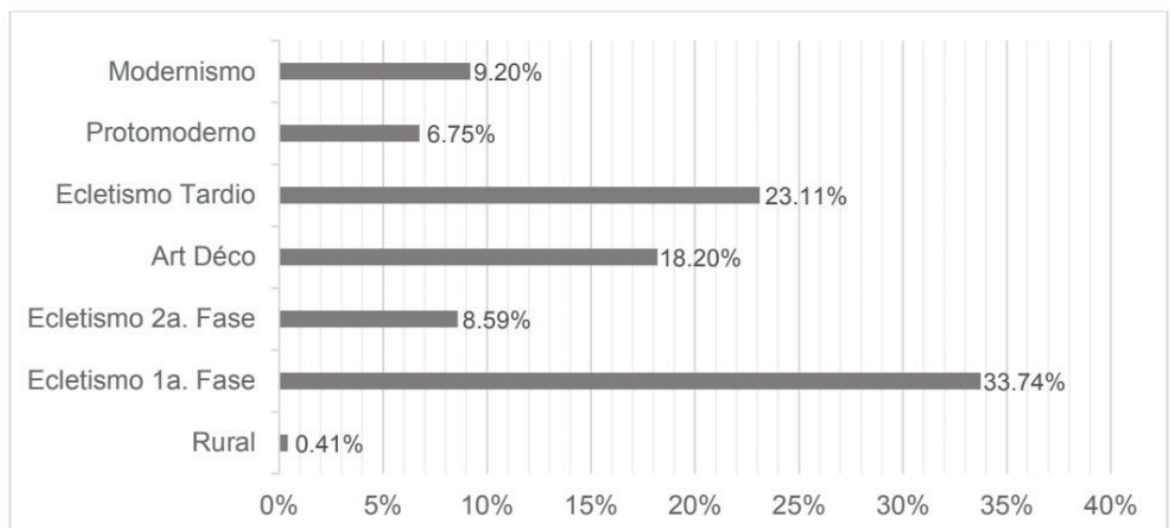


Gráfico 2: Estilos Arquitetônicos dos Bens Tombados

Fonte: Guia de Bens Tombados de Belo Horizonte, 2006

A influência e predominância dos estilos ocorre em função de apresentar-se, em

muitos dos casos, vinculada à Comissão de Construção da Nova Capital (CCNC) que se compunha de um conjunto de profissionais responsáveis pela construção de Belo Horizonte a partir de sua implantação ao final do século XIX. Além disso, os arquitetos responsáveis por muitas das construções, como Luis Olivieri, Luis Signorelli, José de Magalhães e José Lapertosa tiveram influência destes estilos em suas obras.

No que se refere ao uso original dos bens tombados, observa-se uma expressiva quantidade, acima de cinquenta por cento, referentes ao uso residencial, conforme apresentado no gráfico 3 seguinte.

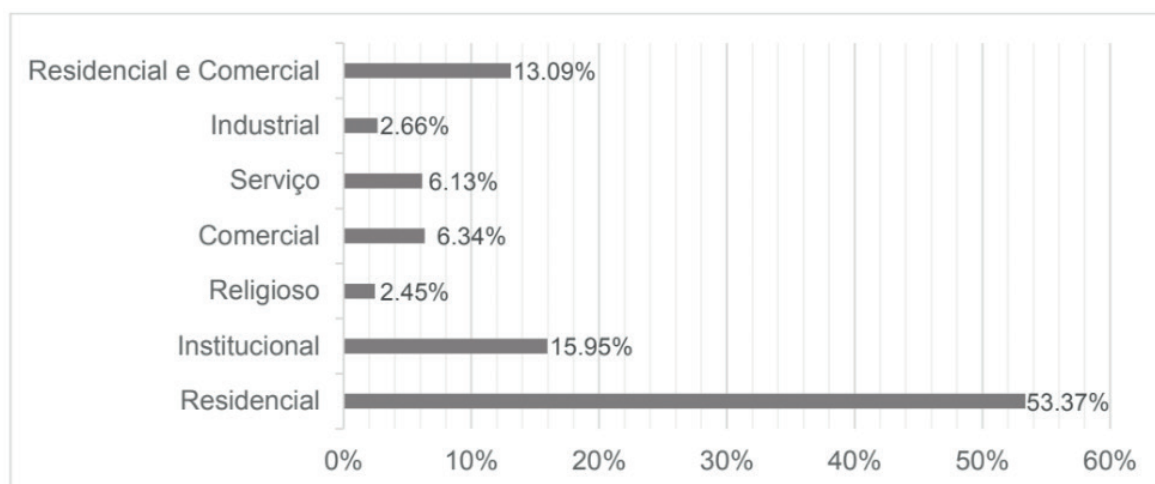


Gráfico 3: Uso Original dos Bens Tombados

Fonte: Guia de Bens Tombados de Belo Horizonte, 2006

Tal fato se explica por grande parte dos bens tombados encontrarem-se em áreas destinadas às residências, como por exemplo os bairros Floresta e Funcionários. Aqueles imóveis destinados às instituições, principalmente repartições públicas do governo estadual no período de implantação da cidade encontram-se igualmente tombadas, como o caso do conjunto da Praça da Liberdade e adjacências.

Entretanto, o que se observa com a evolução histórica e ocupacional da cidade é uma transformação na questão referente ao uso dos bens tombados. Muitos deles tiveram sua função original convertida em outra por questões relacionadas às mudanças decorrentes na ocupação e uso das áreas em que se situam. Estas diferenças podem ser observadas no gráfico 4 a seguir.

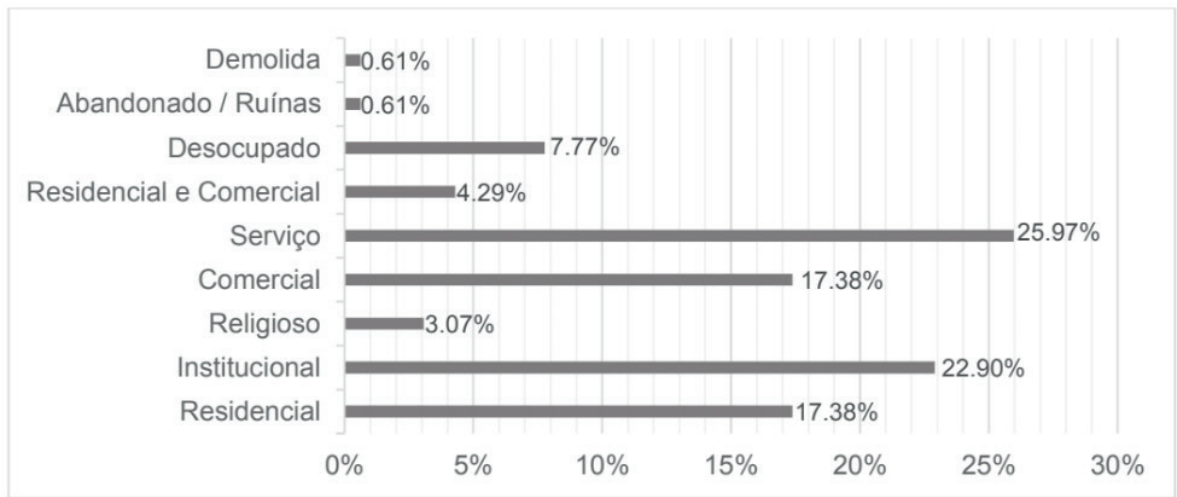


Gráfico 4: Uso Atual dos Bens Tombados

Fonte: Guia de Bens Tombados de Belo Horizonte, 2006

Observa-se um decréscimo considerável na quantidade de imóveis que têm seu uso destinado a ser residências e um acréscimo igualmente avaliado no percentual de imóveis destinado à área de serviços. Para a especificidade do estudo, deve ser observado com alguma consideração, o desaparecimento de imóveis de uso industrial que em grande parte equivaliam ao uso da área referente à região da Praça Rui Barbosa e adjacências. Tem-se, ainda, alguma preocupação com relação a um certo abandono dos imóveis se considerados aqueles que se encontram desocupados ou em estado de ruínas e demolidos, situações extremas que somam cerca de 9% dos imóveis tombados.

Se considerada a finalidade da preservação e conservação dos imóveis, tem-se que uma análise das características dos imóveis consideradas a tal fim apresenta-se de certa maneira parcial no que se refere aos objetivos. (Gráfico 5)

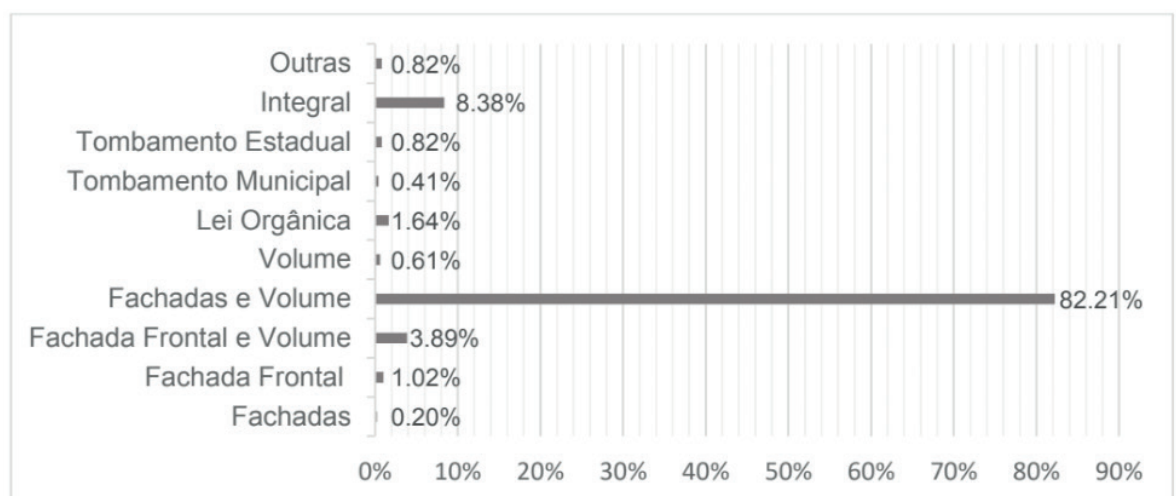


Gráfico 5: Tipos de Tombamento

Fonte: Guia de Bens Tombados de Belo Horizonte, 2006

Observa-se que a grande maioria dos imóveis, cerca de 82% do total, estão

tombados em seu conjunto no que se refere às fachadas e ao volume geral do imóvel. A parcela considerada como bens que têm sua estrutura íntegra como projetados, ou seja, tombamento integral, seguem aos citados com apenas 8% dos imóveis. Pequenos percentuais ou mesmo casos isolados têm sua estrutura tombada referente a alguns poucos elementos arquitetônicos ou mesmo a somente um deles como por exemplo, fachada frontal, volumetria, altimetria e mesmo casos específicos em que se consideram elementos como hall, elevadores e vitrais como o ocorrido ao emblemático edifício Acaiaca, no centro da capital mineira (figura 1).



Figura 1 – Edifício Acaiaca (detalhe da fachada)

Fonte: Ronaldo André Rodrigues, 2014.

Ao analisar de maneira global o conjunto de bens tombados da cidade de Belo Horizonte observa-se que, de certa forma, mesmo que de maneira tardia, existe uma preocupação em se privilegiar exemplares de diferentes períodos cronológicos e estilísticos. Entretanto, observa-se também que, como um reflexo em geral dos bens tombados, que não se observa bens, imóveis ou equipamentos sociais entre os conjuntos ou mesmo itens isolados que tenham como referência a história de modernização e industrialização da cidade e, mais notada ainda, uma alusão de edificações que sejam das últimas décadas do século XX, anos 80 e seguinte, e a primeira década do século XXI.

A análise dos bens tombados, bem como de sua caracterização estilística e funcional determina uma memória e uma história da cidade de Belo Horizonte em que se apresenta certa (des)continuidade temporal sentida pela não valorização, preservação e conservação de exemplares industriais. A não documentação e a “morte da arquitetura industrial” da cidade, determinam um esquecimento em relação ao seu

recente passado empresarial, suas origens e anos de desenvolvimento e afirmação mercadológica e econômica frente à memória social e urbana da cidade.

A preocupação com uma linha histórica do desenvolvimento da capital mineira, com suas origens, desenvolvimento e evolução ao longo do tempo passa por uma preocupação com relação à documentação de sua memória industrial, de seus edifícios, sua importância na constituição da malha social-urbana e na sua história de vida e de seus cidadãos.

O registro ou inventário constitui uma parte fundamental do estudo do patrimônio industrial. Um levantamento e registro completo das características físicas e das condições de um lugar deve ser realizado e conservado num arquivo público, antes de se realizar qualquer intervenção. Muitas informações podem ser obtidas se tais ações forem efetuadas antes do abandono da utilização de um determinado processo industrial ou do fim da atividade produtiva de um lugar. Os registros ou inventários deverão incluir descrições, desenhos, fotografias e vídeos da atividade industrial, com as referências das fontes documentais existentes. As memórias das pessoas que aí trabalharam constituem uma fonte única e insubstituível e deverão ser também registradas e conservadas, sempre que possível. (item 3, § iii.)

Assim, o trabalho busca resgatar a história (ou o que dela restou) acerca de um exemplo particular da industrialização da cidade de Belo Horizonte, a partir do início do século XX, quando a cidade ainda se construía e se tornava importante centro político, econômico e industrial de Minas Gerais.

A ideia em se constituir uma fábrica/indústria nasce da visão acerca da necessidade de mercado e aos poucos cresce com a necessidade de deslocar-se espacialmente de acordo com a própria evolução da estrutura urbana da cidade.

Entretanto, mesmo se consideradas as variáveis urbanas e econômicas, não se percebe uma preocupação para a valorização histórica de uma memória industrial que se desfez e desaparece no século XXI, fato ocorrido com o edifício-sede da empresa, importante centro industrial entre as décadas de 40 e 70 que não mais existe, sendo possível apenas seu resgate por meio da memória fotográfica e documental existente.

5 | ARQUITETURA INDUSTRIAL: NÃO-DOCUMENTAR E MORRER

A necessidade de documentar e valorizar a arquitetura industrial de Belo Horizonte, bem como todos os demais elementos provenientes do desenvolvimento econômico e empresarial da cidade se faz necessário a fim de que se possa entender seu processo de crescimento e evolução urbanística de maneira integral. Ao não considerar determinadas construções e mesmo entornos dos antigos (e atuais) zoneamentos industriais e empresariais da cidade, corre-se o risco de perder a memória e a história de parte da vida belorizontina.

Dessa maneira, e de forma pontual e exemplificativa, buscou-se na recente história da cidade, um típico exemplo da não preocupação com o passado industrial

e empresarial da cidade a partir do caso ocorrido, desde épocas anteriores, com a empresa Nansen Equipamentos Eletrônicos S.A.

A empresa tem sua história relacionada à própria história da cidade de Belo Horizonte que foi fundada em 12 de dezembro de 1897, e já nasceu com o *status* de capital planejada do Estado de Minas Gerais. A empresa nasce quase 33 anos depois, a 22 de agosto de 1930, como resposta ao desenvolvimento industrial proclamado pelo Governo Federal brasileiro em uma tentativa de valorização da indústria e do produto nacional. Fundada sob o nome de “Fábrica Nacional de Instrumentos Científicos Nansen”, sua primeira sede localizava-se à Rua Chumbo (atual Rua Professor Estevão Pinto) onde se estabelece em um galpão para realizar as primeiras atividades industriais e permanece até o ano de 1938 com a produção de material e instrumentos cirúrgicos, de forma semi-artesanal, em uma época em que os equipamentos para tal fim eram geral e invariavelmente importados. (figura 2)



Figura 2 – 1ª Sede – Rua Chumbo (atual Rua Estevão Pinto)

Fonte: Arquivo NANSEN, 2002.

Dentre as sedes anteriores e históricas da empresa, constitui-se no caso de maior esquecimento no que se refere à história e memória da indústria, pois não se tem o reconhecimento do local e nem sequer uma adequada documentação que comprove a origem e o nascedouro da empresa. A antiga e primeira sede foi substituída por edificações de luxo, pois o bairro que nos primeiros anos da capital constituía-se em uma área não-valorizada e fora dos limites da cidade planejada, transformou-se em região valorizada e de grande importância para a cidade.

Assim, o que outrora constituiu-se na origem de toda a atual estrutura da organização, existe apenas na memória daqueles que dela fizeram parte ou em alguns poucos registros que ainda permanecem nos arquivos e que invariavelmente não são

sequer consultados ou não se constituem em fonte de análises e pesquisas.

Em sua segunda etapa de existência, após o período de criação e instalação, a empresa viu-se obrigada a mudar o endereço, ocorrendo, então, o traslado para a Avenida do Contorno, pois necessitava de uma área mais ampla e ampliação de sua estrutura, com maiores possibilidades de produção devido à diversificação de seus produtos que contavam com mais de 50 (cinquenta) tipos de equipamentos, entre os quais se incluía o seu principal produto à época que determinou seu desenvolvimento: os medidores individuais de água (hidrômetros). (figura 3)



Figura 3 – 2ª Sede – Av. do Contorno, 4766 – Bairro Serra

Fonte: Arquivo NANSEN, 2002.

Devido à possibilidade de identificação da localização da empresa, observa-se uma total modificação do local e seu entorno o qual, na atualidade, encontra-se ocupado com outra edificação que substituiu a antiga sede da empresa, destinada à área da saúde.

Observa-se, igualmente à primeira sede, a pouca existência de documentação e de preocupação com a memória e a história desta etapa da organização e mesmo com relação à história da indústria na capital mineira. Nesse período, a empresa começou seu processo de expansão e reconhecimento mercadológico com a fabricação dos equipamentos de medição de consumo de água, em função de uma proposta da gestão municipal da cidade que iniciava um processo de medição individualizada, até então inexistente e diferente do adotado à época. (FIEMG, 1998).

Oito anos depois, devido à nova expansão dos negócios a empresa se mudou para sua terceira sede, localizada à Avenida Barbacena, 594, local onde se desenvolveu de maneira acelerada e consolidou sua fase de maior expansão dos negócios, tanto

produtiva quanto mercadologicamente. (figura 4)



Figura 4 – 3ª Sede – Av. Barbacena, 594 – Bairro Barro Preto

Fonte: Arquivo NANSEN, 2002.

O projeto transformou a empresa em uma sociedade e os acionistas investiram na produção e desenvolvimento dos equipamentos de medição, sendo firmado um acordo com a empresa de instrumentos de precisão suíça, a *Fabrique Vermeille*, em que se desenvolveram projetos e a elaboração de protótipos do produto. Desde essa época, a empresa contava, através da atuação de seu fundador, com parcerias junto às autoridades municipais, conseguindo incentivos fiscais e subvenções financeiras que garantiam uma concentração nos negócios e conseqüentemente maior desenvolvimento de produtos e possibilidades de renovação e ampliação de maquinário.

Os anos subsequentes que culminaram com a 2ª Grande Guerra levaram a empresa a atuar na área estratégica militar, produzindo granadas, projetis militares de 20 mm e espoletas de morteiro de 81 mm para as Forças Armadas Brasileiras. Com o fim da Guerra e sua evolução no mercado nacional e internacional, a empresa buscou uma maior diversificação com a produção, até meados dos anos 60, de conexões metálicas galvanizadas de várias dimensões que foram patenteadas e normalizadas em padrões reconhecidos de qualidade de produção. (figura 5)

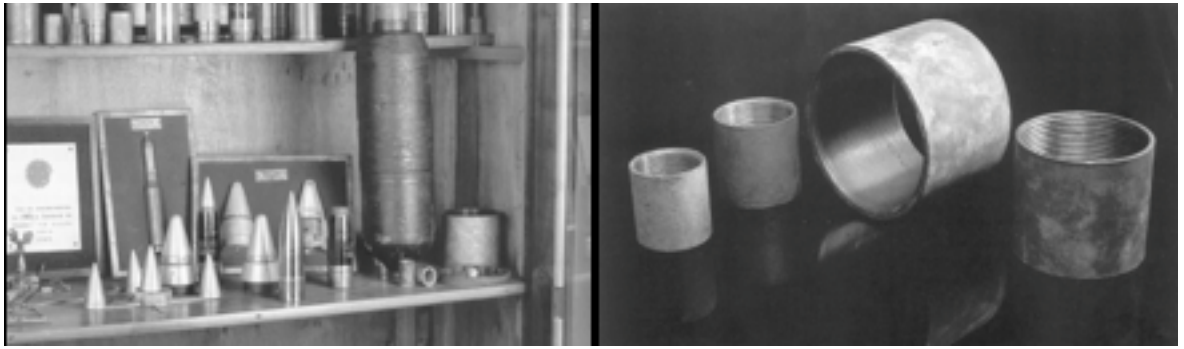


Figura 5 – Artefatos de Guerra (anos 40) e Conexões metálicas (anos 50/60)

Fuente: Arquivos NANSEN, 2002.

Apesar da importância do período e da simbologia empresarial, quanto à inovação e capacidade empreendedora à época, o edifício industrial não recebeu um reconhecimento quanto à importância para o desenvolvimento social e econômico da cidade.

A arquitetura sóbria e simplificada determinou certo esquecimento em relação ao edifício em sua e sua estética uma vez que se buscou mais a valorização e adequação dos espaços internos e sua funcionalidade e sua capacidade de adaptação devido à expansão e mesmo diversificação de produtos e produção.

A comprovação de que a pseudonecessidade de adaptação da estrutura urbana à modernidade e a especulação de modernização do processo de urbanização se exemplifica mais recentemente com a total pulverização dos vestígios dessa fase da empresa. Na região em que se encontrava a empresa entre os anos 40 e 70 tem-se um processo de especulação imobiliária e sobrevalorização do setor em que se observa a destruição completa da infraestrutura existente que, muitas vezes, remonta à memória e à história da cidade para dar lugar ao complexo e efêmero estado estético de contemporaneidade.

Percebe-se a despreocupação com os edifícios, seu entorno e sua história quando se tem a preocupação de especulação e valorização pela mudança como ocorrido com a edificação-sede da empresa e área circunvizinha nos anos de 2014/2015, período em que se tem uma implantação de um centro empresarial e comercial na área em que se localizava. (figura 6)



Figura 6 – Local da 3ª. Sede (Período maio/2014)

Foto: Ronaldo Rodrigues, 2014.

Substituíram-se as edificações residenciais que remontam ao primeiro processo de urbanização da cidade, anos 30/40, por toda a quadra em que se encontrava o edifício, pelo complexo de serviços de “consultório e escritório”, de excelente localização e modernidade. Observa-se a situação de descaso do edifício-sede da empresa e da área do entorno quando se tem uma total despreocupação com relação à documentação de seu processo de desmanche, sem que haja um registro formal para a história e a memória do lugar.

As edificações locais foram desmanchadas em sua totalidade e o terreno preparado para receber a nova edificação e suas instalações complementares para usufruto da comunidade compradora ou locadora. O processo de desfiguração da área para substituição por suas novas funções, “modernas e contemporâneas”, encontra-se apresentado na figura 7 seguinte.



Figura 7 – Região de Localização da 3ª. Sede da Empresa Fonte: Adaptado de Google Maps, 2014.

Com isso, tem-se “pulverizada” parte da memória do bairro e da industrialização da cidade, de suas relações sociais e empresariais, sem uma preocupação com a memória e a história da capital.

Reduz-se então a memória da empresa (mas não a sua história) aos anos posteriores, década de 70 em diante, nas quais se observa o traslado da empresa para o complexo industrial da cidade de Contagem que se iniciava, à época, e oferecia vantagens em relação a impostos e taxas para ocupação das áreas, diferentemente daquela ocupada em Belo Horizonte que, de certa maneira, se tornara urbana e domiciliar, incorporada área central da capital e que não mais comportava uma indústria de grande porte. (figura 8)

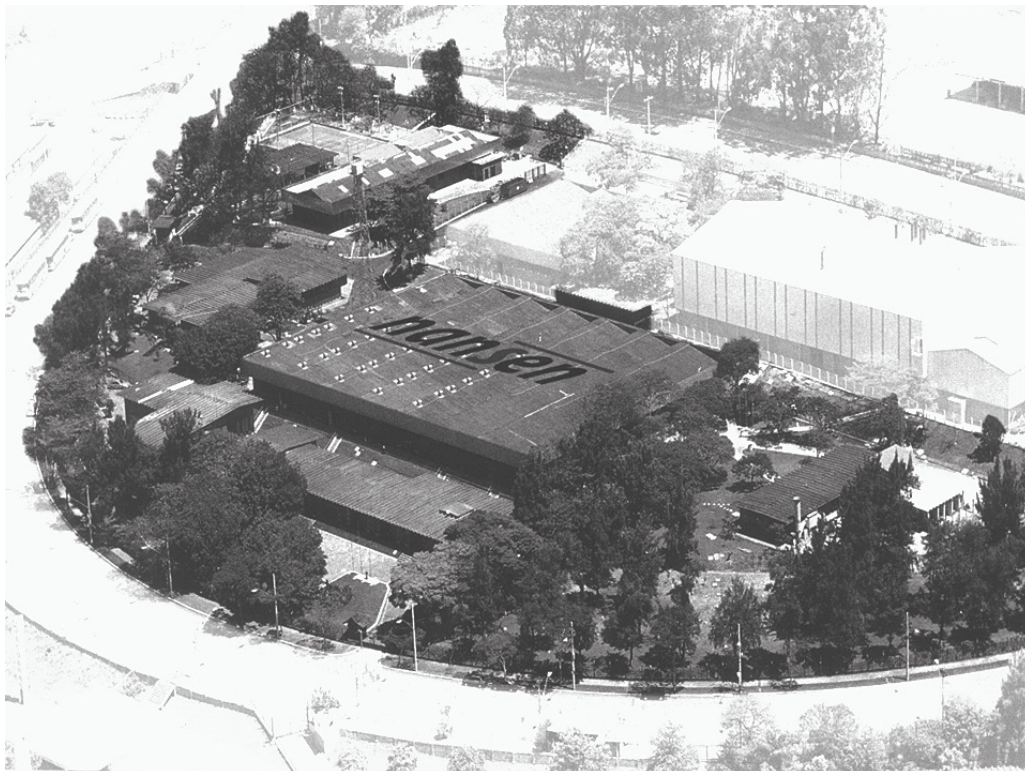


Figura 8 – Sede atual da empresa – Cidade Industrial (Contagem/MG)

Fonte: Adaptação de Faria; Pereira, 2000.

A expansão dos negócios a larga escala determinou a entrada da empresa no mercado internacional de energia elétrica a partir de uma parceria junto à empresa canadense *Sangamo* com a elaboração de projetos e produção de diversos equipamentos de medição de energia. (FARIA, 2000)

Ao final do século XX e anos posteriores, a empresa se expande, com a fundação de sua filial no norte do estado de Minas Gerais, parcerias com uma empresa europeia no negócio de medidores de água, além de se fazer presente em um complexo sistema industrial na cidade de Cali, Colômbia. Tal processo determina sua afirmação no mercado mundial na área de equipamentos e soluções gerenciais para a medição de energia com a oferta não somente de equipamentos, mas também de sistemas de gestão e medição que auxiliam na oferta e serviços relacionados à prevenção e redução de perdas em redes de distribuição de energia. Com isso, a empresa se consolida no mercado e obtém um reconhecimento internacional na produção de medidores, seus principais produtos.

6 | PENSAR A DOCUMENTAÇÃO E A MEMÓRIA INDUSTRIAL

A relação existente entre a memória e a história das cidades e as políticas de gestão pública do patrimônio cultural e planejamento urbano têm evoluído nos últimos anos, mas da mesma maneira tem-se um hiato a ser preenchido que se refere à memória, história das empresas, sua importância para a história e memória coletivas

e suas relações de formação e identidade ao patrimônio cultural.

As mudanças de percepção desse patrimônio, integradas às políticas de gestão urbana se fazem necessárias a fim de complementarem e proporcionarem uma visão integrada entre esta e as demais políticas adotadas. A exigência quanto a uma ação efetiva e integrada entre os diversos atores sociais envolvidos no processo de manutenção, preservação e consolidação de uma memória social exige a participação do Estado, empresas, sociedade civil e as diversas representações sociais. Assim, se constroem e formulam as estratégias que levam à consolidação de uma política patrimonial que considere não somente determinados períodos ou estruturas como essenciais à memória e à história social, mas também avaliam tanto a representatividade de elementos materiais e imateriais à identidade social.

As mudanças e exigências de modernização e consolidação de uma sociedade contemporânea apresentam carências quanto à integração de políticas sócio-econômico-culturais que venham a definir um novo pensar e um novo posicionamento da sociedade com relação à memória e à história social.

Desconsiderar diversas formas de manifestação das relações sociais, e mais ainda de períodos históricos, bem como seus elementos de referência, leva ao esquecimento parte de um conteúdo essencial para o entendimento do passado.

Ao considerar a documentação das diversas formas de manifestação dos diferentes períodos históricos e sociais, suas formas de manifestação e sua disseminação tem-se preservada a relação necessária para a construção de uma identidade individual e coletiva, local e nacional em relação aos elementos do passado, do presente e do futuro.

BIBLIOGRAFIA

CASTRO, Maria Ângela Reis de. *Guia de bens tombados de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, PBH, 2006.

FARIA, Maria Auxiliadora & PEREIRA, Lúcia Maria Leite. *Nansen – 70 anos de precisão: memória histórica*. Belo Horizonte: Ed. C/ Arte, 2000.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. FIEMG. *100 Anos de Indústria em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: FIEMG/SESI, 1998.

KUHL, Beatriz Mugayar. *Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas Teóricos de Restauro*. 2008.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. *Preservação e Restauro Urbano: Intervenções em Sítios Históricos Urbanos* (2013)

SANTOS, Ademir Pereira dos. *Arquitetura Industrial: São José dos Campos*.

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE. TICCIH. *Charters*, 2003. Disponível em: <ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2014.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-035-3

